



# ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

# VARA DO TRABALHO DE OLÍMPIA - 0107

[ 1001 a 1500 processos ]

Aos 21 dias do mês de março de 2017, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presente a Juíza Titular DANIELA RENATA REZENDE FERREIRA BORGES, embora atuando na Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna de São José do Rio Preto, e o Juiz Substituto VIRGÍLIO DE PAULA BASSANELLI. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

**Equipe de Correição:** Equipe: Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz

Bechtlufft.

Jurisdição Atendida: ALTAIR, EMBAUBA, ICEM, SEVERINIA, OLIMPIA, GUARACI,

**CAJOBI** 

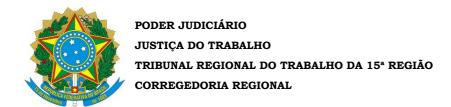
**Lei de Criação:** 8.432/92

Data de Instalação: 23/09/1994

Data de Instalação do PJE: 23/04/2014

Data da Última Correição: 08/03/2016

Acervo Físico/Acervo Total: 5 % Acervo PJe/Acervo Total: 95 %





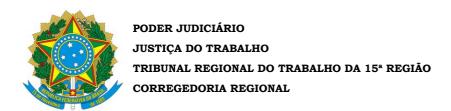
### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
DANIELA RENATA REZENDE FERREIRA BORGES	18/08/2014

#### **Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS





## 2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2016 a 14/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
DIOGO GUERRA	15/07/2016 a 17/07/2016
DIOGO GUERRA	16/09/2016 a 18/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO	
RENATO CLEMENTE PEREIRA	18/12/2016 a 19/12/2016	

Afastamentos: Não houve

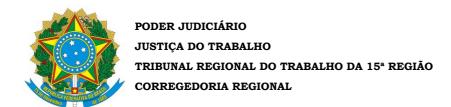
NOME	PERÍODO	
RICARDO PHILIPE DOS SANTOS	20/03/2016 a 05/04/2016	

#### **Afastamentos:**

PERÍODO MOTIVO	
26/03/2016 a 26/03/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
27/03/2016 a 27/03/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	13/04/2016 a 13/04/2016
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	16/05/2016 a 17/05/2016

Afastamentos: Não houve

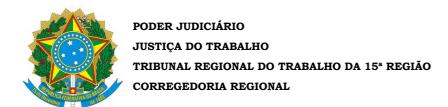




## 3.1 - Lotação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALEX CAPOVILA GIL	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	17/10/2011
BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA MARTINS	TJA	FC-04 CALCULISTA	20/07/2015
CLAUDIA MARIA CASSAVIA KARAM MEIRELLES	AJJ	-	17/03/2014
FLAVIO HENRIQUE DO PRADO	REQ	-	12/12/2016
FLAVIO NORBERTO VETORAZZI	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	24/02/2014
JADER SEBASTIAO DOS REIS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	26/02/1997
JULIANA PEREZIM FABRINI	AJ-OJA	-	06/04/2015
MARCIA REGINA DE LIMA RIBEIRO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	31/10/2008
OLGA KATSUE KIDO	TJA	-	07/01/2011
RODRIGO DANIEL FERREIRA DA SILVA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	30/09/2009
SUELI DE FATIMA DIAS OLIVEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	30/03/2010
WILSON CARVALHO	AJ-OJA	-	01/04/2008
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			11-12 + 3 OJ

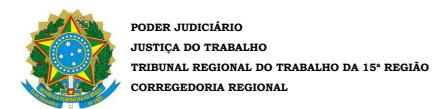




## 3.2 - Ausências, exceto férias [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	1
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA À GESTANTE	105
LICENÇA LUTO	2
LICENÇA PARA DOAÇÃO DE SANGUE	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	37
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE APÓS 720 DIAS	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	11
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	12
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	233

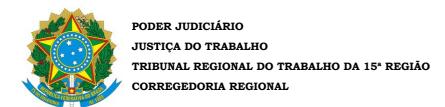




# 3.3 - Estagiários [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
	CENTRO DE	
ANA LIGIA APPARECIDO	INTEGRAÇÃO	16/02/2016
	EMPRESA ESCOLA	



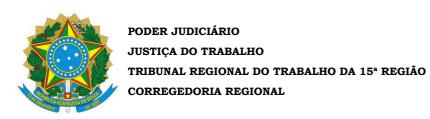


# 3.4 - Ações de capacitação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
DANIELA RENATA REZENDE FERREIRA BORGES	66

SERVIDORES	HORAS
ALEX CAPOVILA GIL	384
BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA MARTINS	185
JADER SEBASTIAO DOS REIS	40
MARCIA REGINA DE LIMA RIBEIRO	15
RODRIGO DANIEL FERREIRA DA SILVA	12
WILSON CARVALHO	120





# 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

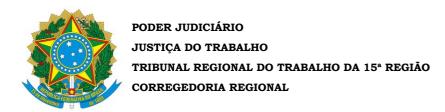
FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	864	484	
	Aguardando encerramento da instrução	554	328	
	Aguardando prolação de sentença	42	86	
	Aguardando cumprimento de acordo	197	202	
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.185	1.738	
	Pendentes de finalização	2.189	1.755	
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	112	156	
	Liquidados pendentes de finalização na fase	42	147	
	Pendentes de finalização	132	257	
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	335	565	
•	Encerrados pendentes de finalização na fase	352	431	
	Pendentes de finalização	383	611	
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	21	
	TOTAL	2.705	2.645	





# 5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

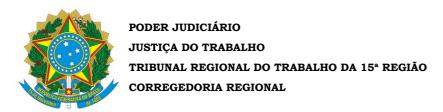
TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	66	78	5
Exceções de Incompetência	75	67	3
Antecipações de Tutela	58	57	7
Impugnações à Sentença de Liquidação	33	27	17
Embargos à Execução	50	50	31
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	2	2	0
TOTAIS	284	281	63





# 6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:

ТІРО	novos	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	415	418	19
Recurso Adesivo	34	32	2
Agravo de petição	54	45	9
Agravo de Instrumento	6	7	1
TOTAIS	509	502	31





## 7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	150	166	124	
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.252	273	232	
Total / Média	1.402	262	205	
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	143	157	133	
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.201	281	244	
Total / Média	1.344	268	215	
	•		•	
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	71	9	34	
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	531	20	45	
Total / Média	602	19	43	

## 7.2 - Fase de liquidação:

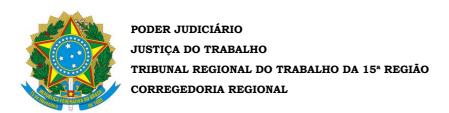
	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	27	142	143	
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	122	122	156	
Total / Média	149	126	153	

<sup>\*</sup>Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	135	486	1.838	
Do início ao encerramento da execução - ente público	4	486	599	
Total / Média	139	486	1.630	

<sup>\*</sup>Do início até a extinção da execução



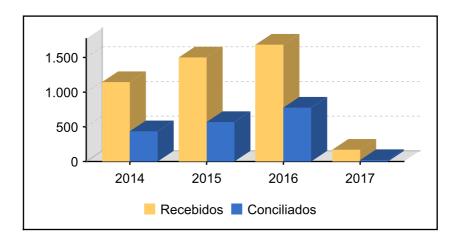


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

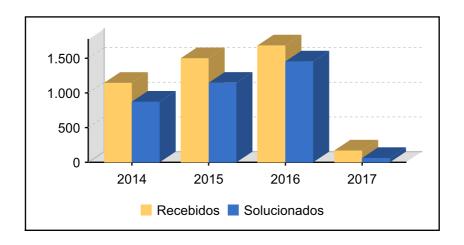
## 8.1 - Índice de conciliações [até 01/2017]:

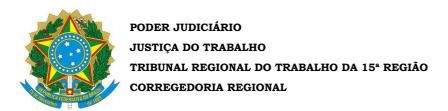
ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.145	436	38,08
2015	1.501	569	37,91
2016	1.685	777	46,11
2017	170	21	12,35



## 8.2 - Índice de soluções [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.145	874	76,33
2015	1.501	1.146	76,35
2016	1.685	1.454	86,29
2017	170	62	36,47





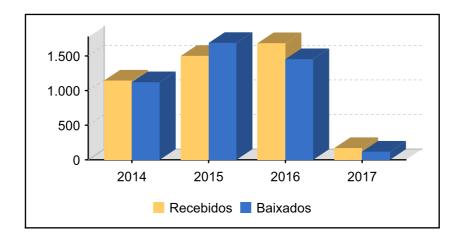


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

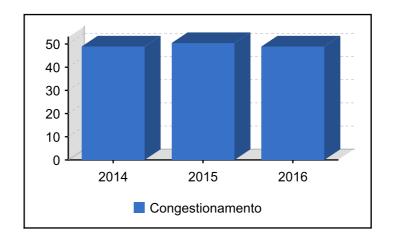
### 8.3 - Índice de baixas [até 01/2017]:

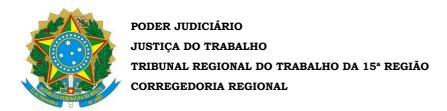
ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.145	1.121	97,90
2015	1.501	1.688	112,46
2016	1.685	1.454	86,29
2017	170	118	69,41



## 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	566	1.145	874	48,92
2015	809	1.501	1.146	50,39
2016	1.161	1.685	1.454	48,91



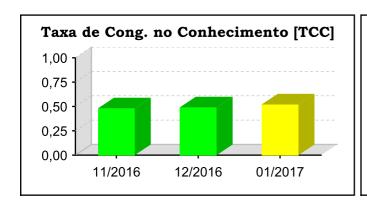


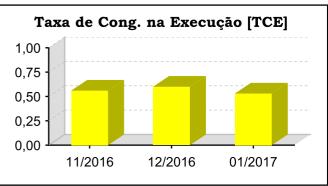


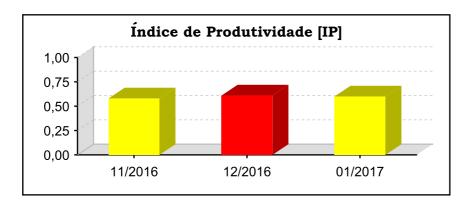
#### 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

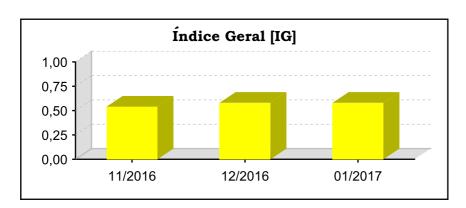
(fonte: e-SInCor MGD)

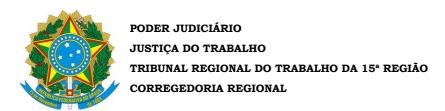
DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
11/2016	0,48	0,56	0,58	0,54
12/2016	0,49	0,60	0,61	0,58
01/2017	0,52	0,53	0,60	0,58













## 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processes - Informações Individuais		Média	a Mensal	
Processos - Informações Individuais	Quantidade	Total	RARIA*	
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	779	64,9	33,2	
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]		38,7	19,8	
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.243	103,6	53,0	
Processos solucionados - sem exame de mérito	187	15,6	8,0	
Incidentes Processuais Resolvidos	298	24,8	12,7	
Dias-Juiz	703	58,6		

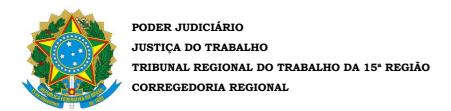
<sup>\*</sup>Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	14.040	48,8	43,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	13.097	45,5	40,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	27.137	94,2	84,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.979	13,8	12,3
Incidentes Processuais Resolvidos	9.562	33,2	29,6
Dias-Juiz	9.675	33,6	

<sup>\*</sup>Aferição de Resultado Individual Aproximado

Dracesco Informaçãos do TDT45	Ougstidada	Média Mensal		
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Total	RARIA*	
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6	
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,8	
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5	
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0	
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2	
Dias-Juiz	84.099	45,8		

<sup>\*</sup>Aferição de Resultado Individual Aproximado

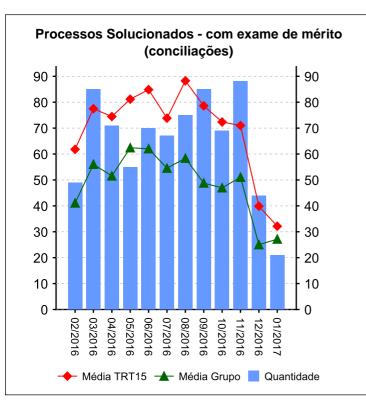


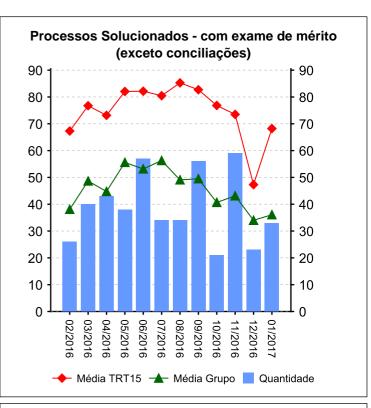


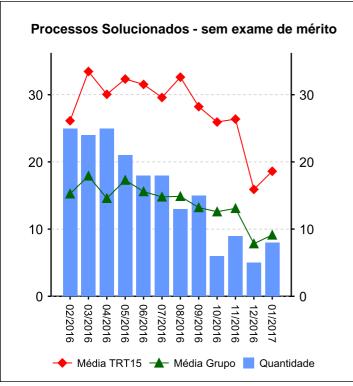
### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

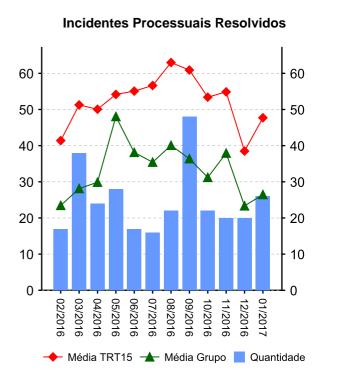
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

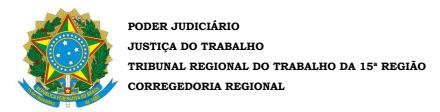
### Resumo - Processos













## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiânciae Informacă co Individucia	Quantidade	Média Mensal		
Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Total	RARIA*	
Sessões de audiência realizadas - inicial	861	71,8	36,7	
Sessões de audiência realizadas - instrução	437	36,4	18,6	
Sessões de audiência realizadas - una	401	33,4	17,1	
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	365	30,4	15,6	
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	479	39,9	20,4	
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	838	69,8	35,8	
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	844	70,3	36,0	
Dias-Juiz	703	58,6		

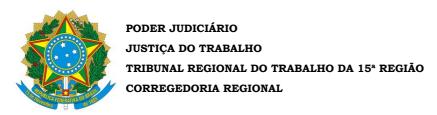
<sup>\*</sup>Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiânsias Informaçãos de Crupa	Oventidade	Quantidade Média Mensal	
Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	11.715	48,8	36,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	8.650	30,0	26,8
Sessões de audiência realizadas - una	14.883	51,7	46,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	3.664	12,7	11,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	3.197	11,1	9,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	23.533	81,7	73,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	6.861	23,8	21,3
Dias-Juiz	9.675	33,6	

<sup>\*</sup>Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiânsias Informaçãos do TDT15	Quantidade	Média Mensal		
Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Total	RARIA*	
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.374	73,5	44,4	
Sessões de audiência realizadas - instrução	89.510	48,8	31,9	
Sessões de audiência realizadas - una	154.037	84,5	54,9	
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.569	16,1	10,5	
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.829	16,8	11,0	
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	243.547	132,7	86,9	
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	60.398	32,9	21,5	
Dias-Juiz	84.099	45,8		

<sup>\*</sup>Aferição de Resultado Individual Aproximado



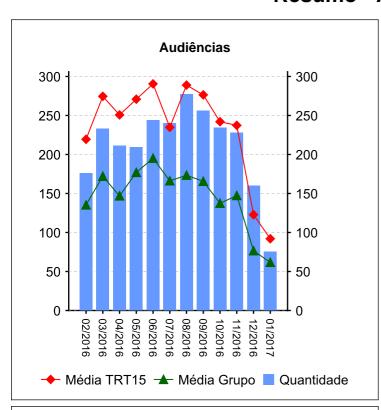


### 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

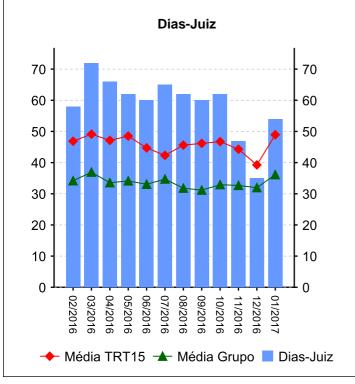
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

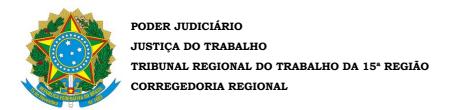
# Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	1	49	54	33	39	176
03/2016	0	37	113	41	42	233
04/2016	0	51	79	38	43	211
05/2016	15	54	62	38	40	209
06/2016	20	47	108	41	28	244
07/2016	56	25	82	42	35	240
08/2016	57	62	76	38	44	277
09/2016	61	54	64	40	37	256
10/2016	62	41	60	44	27	234
11/2016	60	0	96	39	33	228
12/2016	33	40	41	27	19	160
01/2017	0	19	26	16	14	75
Total	365	479	861	437	401	2543



Dias-Juiz					
Mês/Ano	Qtd				
02/2016	58				
03/2016	72				
04/2016	66				
05/2016	62				
06/2016	60				
07/2016	65				
08/2016	62				
09/2016	60				
10/2016	62				
11/2016	47				
12/2016	35				
01/2017	54				
Média Mensal	58,6				





### 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

# Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1685	1454	231	140	121	86 %



## Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1145	1031	1137	0	121	32	26 % 🦲	100 %

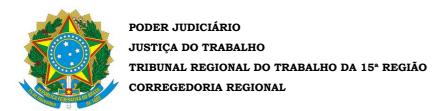


# Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
475	358	117	40	30	75 %





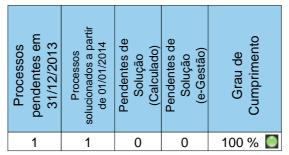


### 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

# Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013



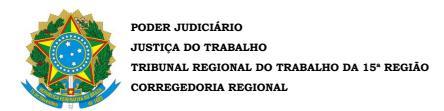


# Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
191	265	187	58 %







# 12 - ARRECADAÇÃO [03/2016 a 01/2017]:

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 58.106,68	R\$ 58.709,19	R\$ 0,00	R\$ 1.014.977,53





# 13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 01/2017]:

ANO	PROCESSOS	
2013	2	
2014	14	
2015	188	
2016	1088	
2017	168	





### 14 - ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA)	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
1.443	1001 a 1500	11-12	11	10

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está acima dos parâmetros previstos na referida Portaria.

#### 15 - ACERVO DA UNIDADE:

#### 15.1 - PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	6/2/2017	Data de corte:	6/2/2017
Saldo:	17	Saldo:	1
Data do mais antigo	19/1/2017	Data do mais antigo	22/11/2016
		Total:	18

\*Consulta realizada no dia 10/3/2017, entre 14/5h.





# 15.2 - INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,58.

Como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

# 15.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS (informação da Unidade em 8/3/2017):

- **A)** Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G): Não há.
- **B)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G): Não há.
- **C)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
WILSO CARVALHO	15	19/1/2017
JULIANA PEREZIM FABRINI	2	20/1/2017
TOTAL	17	-





# 16 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

- **16.1** pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei", a exemplo dos processos nº 0010029-81.2016.5.15.0107 e 0010063-56.2016.5.15.0107.
- **16.2** faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em dd/mm/2017, verificouse a existência de 214 protocolos nos últimos 12 meses, com 11 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010423-25.2015.5.15.0107, 0010286-77.2014.5.15.0107 e 0000056-73.2014.5.15.0107);
- **16.3** ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de oficio ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n° 0010873-65.2015.5.15.0107, 0010010-46.2014.5.15.0107 e 0000152-25.2013.5.15.0107;
- **16.4** não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora e a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;
- **16.5** designa em quatro dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 8/3/2017 a 7/3/2018;
- **16.6 -** inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução foram realizadas 479 no período de 02/2016 a 01/2017;
- **16.7** exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e





eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

#### 17 - PRODUTIVIDADE DA VARA:

#### 17.1 - PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,90 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Olímpia apresenta 90% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10 da presente Ata, a Unidade se manteve bem acima da média do grupo para a quantidade de "Dias-Juiz" nos últimos meses, contudo, os valores apresentados consideraram a presença da MM. Juíza Titular Daniela Renata Rezende Ferreira Borges na Vara, no entanto a magistrada está designada desde 13/5/2015 para atuar na Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna de São José do Rio Preto.

Por este motivo, recalculados os índices da unidade, desconsiderando os dias da referida Magistrada, resultado adaptado à quantidade real de juízes, a unidade apresentou disponibilidade Dias-Juiz abaixo da média do grupo e do TRT (30,8 a disponibilidade na Unidade, 33,6 no grupo e 45,8 no TRT). A quantidade de processos solucionados com exame de mérito (média mensal de 101,1) esteve acima da média de referido grupo (94,2), porém abaixo da média do Tribunal (144,2). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito importou em 38,7, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês, enquanto a média do grupo foi de 45,5, motivo pelo qual se recomenda sejam envidados esforços para solucionar maior quantidade de processos.

Destaca-se que as Metas 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) e 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) não foram atingidas, tendo índice de cumprimento de 58% e 86%, respectivamente (item 11).





#### 18 - AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 13/3/2017, às 14h, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	18/8/2017	-	158
UNAS	19/12/2017	50	281
INSTRUÇÕES	7/12/2017	-	269
CONCILIAÇÃO*	28/7/2017	-	-
MEDIAÇÃO**	5/6/2017	-	-

Obs. Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, ocorrendo a primeira audiência antes da realização da perícia. \*Tentativa de conciliação em conhecimento

### 18.1 - Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho).

### 18.1.1 - JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	2	3		5		10
terça	manhã						
	tarde	2	4	4			10
quarta	manhã	2	4	4			10
	tarde				8		8
quinta	manhã	2	4	4			10
	tarde						
sexta	manhã		Obs.			Obs.	
	tarde					Obs.	

Observação: 1) em uma sexta-feira por mês são realizadas 15 audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento, com dois mediadores, sob s supervisão do Juiz Substituto Dr. Marcelo Brandão de Andrade;

2) em uma sexta-feira por mês são realizadas 12 audiências INICIAIS presididas

<sup>\*\*</sup> Tentativa de conciliação na execução





pelo Juiz Substituto Dr. Marcelo Brandão de Andrade;

3) em uma sexta-feira por mês são realizadas 30 audiências de tentativa de conciliação pelo CIC de São José do Rio Preto, na fase de conhecimento, com 3 mediadores, sob a supervisão da Juíza Titular Dra. Daniela Renata Rezende Ferreira Borges.

### 18.1.3 - MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que, em média, duas vezes ao mês são realizadas audiências de mediação qualificada, onde o Juiz permanece presente na Sala. São colocadas em pauta 30 processos/dia, de todas as fases processuais, sendo predominante os da fase de conhecimento.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

### 18.1.4 - ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/1/2017, tem baixa produtividade de audiências unas e de instrução (67,9) – resultado adaptado a disponibilidade real de juízes, conforme já mencionado no item 16.1 – se comparada com a média mensal do grupo (81,7), bem como com a média do TRT (132,7).

Verificou-se que do total de 2.543 audiências, 861 foram do tipo inicial, 437 de instrução, 479 de conciliações na execução, 365 de conciliação no conhecimento e 401 unas. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 18/8/2017, UNA até 19/12/2017 e de instrução até 7/12/2017.

Conforme se observa do quadro acima, ao distribuir uma ação para a Vara de Olímpia, é necessária a espera de cerca de cinco meses para a realização da audiência inicial, considerando que a pauta tem agendamentos para 18/8/2017. Para prosseguimento por meio da audiência de instrução, seria necessário que se aguardasse mais oito meses. Salvo melhor juízo, talvez seja esse o motivo de o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença estar acima da média: enquanto o grupo tem prazo médio de 215 dias para prolatar a sentença, a Vara leva, em média, 268 dias.





Considerando o expressivo número de audiências iniciais realizadas na Unidade, determina- se que o Juízo apresente, no prazo de 15 dias, plano de ação com o propósito de incrementar a pauta de audiências, substituindo os horários destinados àquelas do tipo inicial por audiências mediação, unas e de instrução, assim como implementar a boa prática abaixo descrita, já utilizada em outras unidades deste Tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto "Mediação/UNA", adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso.

(observação: não foi mencionado o RARIA nem feitas comparações com o grupo e TRT – considerado apenas o prazo médio)

#### 19 - HASTA PÚBLICA - SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017.

### 20 - RECOMENDAÇÕES:

- **20.1** viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;
- **20.15** atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.





### 21 - DETERMINAÇÕES:

- **21.1** encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para <u>pfing.regressivas@agu.gov.br</u> e <u>regressivas@tst.jus.br</u>, nos termos do Oficio Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e <u>insalubridade@tst.jus.br</u>), de acordo com Oficio Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;
- **21.2** observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;
- **21.3** diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo "Estatística Cadastro de Valores", quando da requisição e do pagamento;
- **21.4** priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;
- **21.5** envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida as de n°s 1 e 5 do CNJ e 5 da JT.
- **21.6** tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2°, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;
- **21.7** observar os normativos: Comunicado CR nº 07/2016 (envio de valores atualizados dos créditos trabalhistas dos Devedores Insolventes às Coordenadorias); Comunicado CR nº 08/2016 (publicação de sentença no PJe);
- **21.8** intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;
- **21.9 -** velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco





oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

- **21.10 –** utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;
- **21.11** utilizar regularmente a ferramenta SERASA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;
- **21.12 –** proceder a regular habilitação do GIE e dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;
- **21.13** cumprir a alínea "h", inciso V, art. 1° do Provimento GP-CR n° 05/2015, que dispõe: "V Distribuído o mandado, caberá ao Oficial de justiça: h) o cadastramento no sistema informatizado da penhora efetivada e/ou a inclusão da certidão circunstanciada que relate informações das diligências realizadas, destacando se as pesquisas levaram à conclusão inicial de que o devedor é insolvente";
- **21.14 –** observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento "rascunho/anotações", como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;
- 21.15 cumprir o inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: "XIV realizada a pesquisa pormenorizada, em estrito cumprimento ao mandado com amplos poderes de investigação, ao se deparar com novo mandado, oriundo da mesma ou de outras unidades, contra o mesmo devedor, poderão ser utilizadas para instruir essa nova diligência as mesmas informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, desde que a busca não tenha se realizado há mais de 12 (doze) meses", cabe destacar que ao se valer de certidão anterior, ainda assim, se faz necessária a inclusão dos dados do processo no sistema com nova indicação de execução frustrada a fim de contabilizar as informações do Regional;
- 21.16 cumprir integralmente o item XVI, Ordem de Serviço nº 01/2015, que diz: "XVI- O mandado expedido para livre penhora e avaliação de bens em jurisdição diversa daquela de atuação do juízo da execução deverá ser instruído com certidão circunstanciada que relate as diligências realizadas no juízo de origem, inclusive com a utilização das ferramentas oferecidas para pesquisa patrimonial básica. Esta certidão deverá estar inserta no sistema EXE15, vinculada ao documento do executado. O mandado oriundo de outra jurisdição sem informações da prévia pesquisa patrimonial no juízo de origem será devolvido independentemente de cumprimento. Apresentando-se regular e após cumprido, os atos expropriatórios prosseguirão no juízo da execução".





### 22 - PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0000079-19.2014.5.15.0107	Ocorrência TRA	Processo na ocorrência desde 13/2/2017, pendente na variável 342 – processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determinase o prosseguimento do feito.
2	0000286-23.2011.5.15.0107 0000453-69.2013.5.15.0107	Ocorrência APS	apensados aos processos 286-23-2011 e 1041-13.2012, respectivamente, migrados ao PJE, pendente na variável 342 – processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Regularizar os feitos.
3	0195600-72.2009.5.15.0107		Processo migrado em 18/12/2015, sem tramitação. Determina-se a conclusão do feito para deliberações e prosseguimento.
4	0010860-03.2014.5.15.0107	Minutar despacho – Exec	Pendente na tarefa desde 14/2/2017. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 29 processos nesta tarefa
5	0010399-94.2015.5.15.0107	Minutar expediente de secretaria	Pendente na tarefa desde 20/2/2017. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 18 processos nesta tarefa
6	0001197-64.2013.5.15.0107	Registrar no BNDT - Exec	Pendente na tarefa desde 6/3/2017. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito.





### 23 - CONSTATAÇÕES:

Os Oficiais de Justiça, Juliana Perezim Fabrini e Wiulson Carvalho, embora convocados, não compareceram na reunião da Correição. Diante da ausência na apresentação e reuniões desta Corregedoria. Dê-se ciência à Presidência deste Tribunal para a providências que merecer.

No início da apresentação dos principais índices da Unidade, a Exma Desembargadora Vice-Corregedora ressaltou a necessidade de melhorar os prazos médios do conhecimento, colocando mais processos na pauta e dando maior atenção à condução dos processos da Meta 2 do CNJ, até a solução dos feitos.

Ressaltou-se, no entanto, que a Vara está com poucos processos da meta 2 pendentes de solução e já vem utilizando os "alertas" que indicam esses processos.

Ficou demonstrado que a unidade já adota boas práticas como a migração dos processos do SAP-1 para o PJe, trabalhando integralmente na plataforma do PJ-e.

A Exma. Vice-Corregedora destacou a necessidade de se cuidar do prazo médio de conhecimento, aumentado na Unidade no último ano.

Na sequência, houver reunião com os servidores da Unidade, onde foram apontadas as inconsistências, decorrentes de erros de lançamento, tanto no SAP-1 como no Pje, incluindo os lançamentos de Requisitório de Pequeno Valor – RPV; solução dos incidentes processuais; recebimento de recursos; e lançamentos de valores de custas, emolumentos, imposto de renda e contribuições previdenciárias.

No caso de remessa de autos físicos (ocorrência ROM), deverá ser observado o Comunicado GP-CR  $n^{\circ}$  40/2012, que disciplina o procedimento apropriado para lançamento de ocorrência PAN.

Determinou-se a organização das tarefas nos agrupadores do Pje; gerenciamento das caixas do Pje utilização pelo Secretário de audiências do preenchimento das "ações", de processos que tiveram audiências do Pje, com informações mais específicas da tarefa; esvaziamento das caixas de tarefas quando a tarefa já cumprida; não paralisação de processos em caixas de tarefas intermediárias; e não utilização de prazos "zero".

Salientou-se ainda que os processos desarquivados, com ocorrência RMA, sem prosseguimento da execução, deverão receber a ocorrência de nível 2 RCX e não DSA, devendo ser corrigidas as inconsistências no SAP-1.

Apurou-se a ocorrência de processos antigos em carga com advogados, desde agosto/2016. Determinou-se a cobrança imediata para a devolução, sob pena de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil e demais implicações legais.





Informou o Assistente da Diretora, que a mediação ocorre em três situações, no conhecimento com reclamadas que usualmente fazem acordo, sendo separadas na triagem inicial; quando o reclamante tem proposta de acordo; e após a entrega de laudo pericial.

Também verificou-se grande número de processos que aguardam designação de audiência de instrução após a pericia. Foi informado pelo Assistente da Diretora que por isso tem se marcado audiência de mediação.

#### 23.1 - Reunião com o trio gerencial

Apurou-se que o Assistente de Juiz, Flávio Norberto Vetorazzi não pertence a qualquer equipe e não trabalha no método concentrado. Determinou-se a sua inclusão na equipe de conhecimento e que passe a trabalhar no método concentrado, evitando a fragmentação das tarefas.

Ficou demonstrado que a unidade já adota boas práticas como a pauta inteligente; designação de audiência inicial, nos processos que dependem de realização de perícia; honorários prévios depositados diretamente na conta do perito; partes saem cientes da data da instrução. Foi sugerido que seja utilizada a pauta automatizada, fazendo em seguida a triagem e somente retirando da pauta a exceção, bem como a utilização da agenda do perito para designação da perícia na audiência.

No que diz respeito às anotações de CTPS, a Diretora de Secretaria informou que estão sendo intimados os reclamantes para levarem diretamente na empresa para anotação. Frustrada a tentativa de anotação pela reclamada, é feita a anotação pela Secretaria da Vara.

Sugeriu-se a contratação de estagiário na área de contabilidade, quando houver vaga disponível para auxílio à equipe de liquidação.

O Grupo Interno de Execuções – GIE se utiliza de todas as ferramentas de pesquisa, a exceção do Inforseg e os Oficiais de Justiça não se utilizam de SERASA e de INFOSEG nem SIMBA. Orientou-se para a utilização de todas as ferramentas disponíveis.

Verificou-se que os Oficiais de Justiça, não fazem lançamento da penhora, ou certidão circunstanciada com informações das diligências realizadas e que levaram a conclusão de insolvência no rascunho no EXE-15. Determinou-se a observância do necessário lançamento, anexando certidão, que sejam procedida a certidão negativa da execução, conforme modelo fornecido pela Corregedoria na extranet, utilizando-se do rascunho do EXE-15 para informações ao Juízo de bens encontrados, mas não livres para





penhora ou outras constatações.

Apurou-se, ainda, que os Oficiais de Justiça não estão lançando no Exe15, o registro das penhoras, nem informação de insolvência.

Embora deve ser destacada a boa prática da intimação por e-mail das reclamadas com maior número de reclamatórias, conforme orientação da Corregedoria, as notificações devem ser procedidas pela Secretaria e não mais pelos Oficiais de Justiça, que podem ajudar no contato com as empresas para que disponibilizem e-mail para as notificações, passando as informações para Secretaria.

No caso de cartas precatórias, ainda que as empresas recebam notificação por email, a ordem deve ser cumprida, levando ao conhecimento da Diretora de Secretaria para que entre em contato com a Vara deprecante para que seja passada a informação.

#### 24 - VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de advogados, partes ou terceiros para atendimento da Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

#### 25 - OBSERVAÇÕES GERAIS:

- **25.1** A Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição, processo nº 0000486-80.2014.5.15.0897;
  - **25.2 -** O Juiz do Trabalho Substituto reside na sede da circunscrição;
- **25.3** A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com a Exma. Juíza Titular, que relatou que não há boa integração entre os Oficiais de Justiça com a gestora da Unidade, com os Juízes e Servidores do GIE. Relata que os dois Oficiais tem interesse em remoção, que não pode ser autorizada pela Titular sem a devida reposição, implicando na permanência destes na Unidade, o que faz com que executem suas tarefas sem a dedicação e a qualidade esperadas, desrespeitando as regulamentações da Corregedoria e a ordem de serviço (parametrização), além de tratarem todos os demais com descordialidade, comprometendo sobremaneia a qualidade de vida dos integrantes da Unidade.

Oficie-se a Presidência deste Tribunal, dando-se ciência dessas informações, para as providências que merecer.

**25.4 -** Registre-se a designação dos Magistrados abaixo relacionados, para substituição da Titular em virtude de sua atuação no Núcleo de Gestão de Processos e de





Execução, nas Unidades Trabalhistas da Circunscrição de São José do Rio Preto:

Exmo. Juiz Substituto Maurício Brandão de Andrade, nos períodos de 07 de janeiro a 14 de junho de 2016, de 15 de julho a 18 de setembro de 2016, de 29 de outubro a 19 de dezembro de 2016, e de 07 de janeiro a 12 de março de 2017;

Exmo. Juiz Substituto Diogo Guerra, nos períodos de 15 de junho a 14 de julho de 2016, de 24 de setembro a 18 de outubro de 2016

Exmo. Juiz Substituto Christophe Gomes de Oliveira, no período de 19 a 23 de setembro de 2016;

Exmo. Juiz Substituto Renato Clemente Pereira, no período de 19 a 28 de outubro de 2016; e

Exmo. Juiz Substituto Virgílio de Paula Bassaneli, no período de 13 de março a 11 de abril de 2016.

**25.5** – Fica retificado o quadro Dias-Juiz, do item 10.2 da Primeira parte desta ata, considerando o afastamento da Juíza Titular para atuação no Neleto de Gestão de Processos e Execução nas Unidades Trabalhistas da Circunscrição de São José do Rio Preto:

	DIAS-JUIZ
	com
DIAS-JUIZ	afastamento
58	29
72	41
66	36
62	31
60	30
65	34
62	31
60	30
62	31
47	17
35	35
56	25
58,8	30,8
	58 72 66 62 60 65 62 60 62 47 35 56

Consequentemente, fica retificado o cálculo do RARIA com o DIAS-JUIZ, da seguinte forma:

Processos solucionados - com exame do mérito (conciliações) [A] - 63,2

Processos solucionados - com exame do mérito (exceto conciliações) [B] - 37,9

Processos solucionados - com exame do mérito [A + B] - 101,1

Sessões de audiências realizadas – una + instrução – 67,9

25.4 - Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi





afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos oficios às OAB da jurisdição.

**25.5** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade "Fazer Pedido Complementar" no PP nº 140/2017.

#### 26 - ENCERRAMENTO:

No dia 21 de março de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtlufft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.